

**TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESPROTEÇÃO SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CATADORAS DE RECICLÁVEIS EM
SUA LUTA POR INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E ACESSO A DIREITOS**
*WORK, SOLIDARY ECONOMY AND SOCIAL DEPROTECTION: REFLECTIONS
ON THE WORK OF RECYCLABLE COLLECTORS IN ITS FIGHTS FOR
SOCIOPRODUCTIVE INCLUSION AND ACCESS TO RIGHTS*

Carlúcia Maria Silva¹

RESUMO

O artigo analisa iniciativas de catadores de recicláveis em situação de desproteção social e o protagonismo das mulheres em suas lutas por inclusão socioprodutiva e direitos. A pesquisa é fruto de ações extensionistas promovidas pela UEMG, em parceria com organizações da sociedade civil e gestores públicos, no período de 2011 a 2017. Metodologias de pesquisa-ação foram adotadas com o uso das seguintes estratégias: participação em reuniões e oficinas, observação direta nos espaços de trabalho, diário de campo com registro de informações e observação participante. Os resultados demonstraram o protagonismo das mulheres no enfrentamento dos desafios relacionados à organização do trabalho em rede. Demonstraram também que não obstante os ganhos econômicos e conquistas decorrentes do trabalho cooperado e autogestionário, essas iniciativas, nas condições de abandono e negação de direitos em que se encontram, não conseguem avançar no enfrentamento da pobreza e desproteção social.

Palavras-chave: trabalho autogestionário, economia solidária, mulheres, desproteção social, cidadania.

ABSTRACT

The article analyzes initiatives by recyclable waste pickers in situations of social deprotection and the role of women in their struggles for socio-productive inclusion and rights. The research is the result of extension actions promoted by UEMG in partnership with civil society organizations and public managers, from 2011 to 2017. Action research methodologies were adopted using the following strategies: participation in meetings and workshops, direct observation in workspaces, field diary with record of informations and participant observations. The results demonstrated the role of women in facing the challenges related to the organization of networking. They also demonstrated that, despite the economic gains and achievements resulting from cooperative and self-managed work, these initiatives, in the conditions of abandonment and denial of rights in which they find themselves, are unable to advance in the fight against poverty and social protection.

Keywords: self-managed work, solidary economy, women, social deprotection, citizenship.

¹ Pós-doutora em Psicologia Social (UFMG/FAFICH), doutora e mestre em Ciências Sociais pela PUCMINAS, graduada em Direito também pela PUCMINAS e docente pesquisadora na UEMG. *E-mail:* carlucia.silva@uemg.br

1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, no final do século XX, possibilitaram profundas mudanças econômicas e sociais, entre elas, o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas, novas formas organizativas de trabalho e o aprofundamento das desigualdades. O desemprego tornou-se a manifestação mais profunda e visível de relações de trabalho, e a “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 1998, p. 526) torna-se a base fundante da descontinuidade do trabalho.

Em decorrência dessas transformações, as diferenças sociais manifestadas na distribuição desigual da renda e na falta de políticas públicas e sociais aprofundaram mais ainda as desigualdades, sobretudo no que se refere a determinados grupos sociais estigmatizados. Desigualdades de gênero, de classe e de raça/cor se articulam e reforçam situações de pobreza e exclusão. Essa realidade se faz presente no cotidiano de muitos trabalhadores e trabalhadoras e se agravou mais ainda com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional n.º 95², também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e da reforma trabalhista³, recentemente aprovada no Brasil. Contrariando o discurso de que a flexibilização da legislação trabalhista ampliaria postos de trabalho, as mudanças ocorridas, além de retirarem direitos, incorporaram novas formas de inserção ocupacional e elevaram os índices de subemprego, informalidade, trabalho precário, pobreza e exclusão.

Os níveis preocupantes do desemprego decorrente da fragilização dos sistemas de proteção social garantidos na Constituição Federal de 1988, para além da carência de renda ou privação, reafirmam que a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução das condições de vida. Conforme Lavinias (2002), é considerado pobre aquele cuja condição humana se encontra em risco pela não satisfação de suas necessidades básicas, existenciais e axiológicas. Argumenta ainda que, por necessidade básica, entende-se alimentação adequada, vestuário, moradia decente e acesso aos serviços essenciais. As necessidades existenciais, por sua vez, se materializam na esfera do ser, do ter, do fazer e do interagir. Já as necessidades axiológicas dizem respeito aspectos como subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, identidade, liberdade.

Ainda de acordo ainda com Lavinias, “Não há dicotomia ou hierarquização entre necessidades existenciais e necessidades axiológicas e ambas devem ser suficientemente garantidas” (2002, p. 30). Tais necessidades são também entendidas como intermediárias de saúde, emancipação e autonomia, e as políticas sociais como um sistema de proteção social universal e público, que vai além de suprir as necessidades básicas. Essa não satisfação das necessidades básicas, existenciais e axiológicas está muito presente na vida dos catadores e catadoras de recicláveis. Relegados à própria sorte, restam-lhes apenas ocupações precarizadas e degradantes, reafirmando assim a exclusão histórica fruto de sua herança escravocrata nutrida pelo abandono e pela desproteção social, perpetrados tanto por parte dos antigos senhores de engenhos e de escravos como também por parte de instituições sociais e políticas.

Buscando compreender até que ponto as iniciativas de economia solidária contribuem para o enfrentamento da pobreza e da desproteção social, o presente trabalho analisa experiências de organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e o protagonismo das mulheres em sua luta por direitos e inclusão

² A Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou por 20 anos os gastos e investimentos públicos, limitando assim os investimentos em políticas públicas e sociais.

³ A Reforma Trabalhista, instituída pela Lei Federal n.º 13.467/2017, trouxe mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira, entre elas o trabalho intermitente, ou seja, a normatização do contrato de trabalho ou prestação de serviços com subordinação, podendo este ser prestado em períodos alternados, descontínuos e irregulares, e o salário pago proporcionalmente aos dias ou às horas trabalhados.

socioproductiva. A pesquisa é fruto de ações extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais, em parceria com organizações da sociedade civil e gestores públicos, tendo como recorte temporal os anos 2011-2017. Para o desenvolvimento das ações foram adotadas metodologias de pesquisa-ação, com as seguintes estratégias: participação em reuniões, realização de oficinas e encontros formativos, observação direta nos espaços de trabalho, diário de campo com registro de informações e observação participante.

As reflexões aqui apresentadas⁴ partem da concepção de que as práticas associativistas são também educativas, fortalecedoras de processos autogestionários, de empoderamento e de inclusão social de grupos historicamente fragilizados, sendo importante destacar que nas iniciativas de economia popular solidária as mulheres são maioria. Responsáveis pela manutenção econômica da casa e pelo sustento dos filhos, essas mulheres vulnerabilizadas são mães e avós, com idades diferentes e baixa escolaridade.

A análise dos dados obtidos foi realizada nos locais de trabalho dessas pessoas e em eventos, realizando observação participante. A relação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) com as cooperativas e a associação de catadores e catadoras também foi pesquisada. Os resultados demonstraram que as práticas de cooperativismo popular e dos princípios da economia popular solidária são protagonizadas pelas mulheres e têm sido elementos aglutinadores de processos educativos e sociopolíticos. No entanto, paradoxalmente, apontaram também que essas iniciativas, nas condições em que se encontram, não conseguem avançar no enfrentamento da pobreza, do abandono e de situações de desproteção social. Não obstante os ganhos econômicos e conquistas decorrentes do trabalho cooperado, esses sujeitos sociais cotidianamente são desafiados a garantir sua sobrevivência diária, além de enfrentar dificuldades nos processos mobilizadores de suas lutas por direitos, cidadania e inclusão socioproductiva.

O presente artigo, além de apresentar uma breve introdução e a conclusão, está estruturado em três partes. A primeira expõe de forma sucinta o trabalho e a organização de catadores e catadoras de recicláveis na RMBH, além de abordar o trabalho em rede na economia solidária. A segunda narra a experiência das mulheres da Asmare e da Redesol-MG, e a terceira apresenta uma reflexão acerca do abandono e da desproteção social vivenciado pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis.

2. “A VIDA ME FEZ UM PAPELÃO E EU FIZ DO PAPELÃO A MINHA VIDA”⁵: TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA RMBH

Vários autores⁶ têm apontado diferentes dimensões e características no mundo do trabalho, marcado por instabilidade e precarização, falta de proteção social e insegurança quanto aos direitos sociais e trabalhistas. As novas configurações no mundo do trabalho reafirmam situações precárias anteriores, as quais são ressignificadas, legalizadas e naturalizadas. Com a

⁴ Parte dos resultados desta pesquisa foi apresentada no Congresso Internacional Pedagogia 2019 – Encuentro Internacional por la Unidad de los Educadores, realizado em Havana (Cuba), entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2019 e, posteriormente, no XXXII Congresso Internacional ALAS PERU 2019 - Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida, realizado em Lima, entre os dias 1.º a 6 de dezembro do mesmo ano.

⁵ Frase escrita no carrinho de coleta de materiais recicláveis de um dos catadores da Asmare.

⁶ Dentre eles, destacamos Cacciamali (2000a), Cacciamali (2000b), Cardoso (2010), Cotanda (*apud* HORN; COTANDA, 2011), Martins; Silva (2018), Neves (2000).

reestruturação produtiva e o avanço das políticas neoliberais, o trabalho, antes formal e protegido, dá lugar ao mercado informal e “incorpora as mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho, à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados” (LIMA, 2013, p. 330). Estreitam-se as relações entre economia formal e informal, e o conceito de informalidade é incorporado na dinâmica do capitalismo globalizado. A “nova informalidade” perde seu caráter transitório, assumindo formas definitivas e heterogêneas de relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

A retração do mercado de trabalho formal com a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gestão organizacional, bem como a redução dos setores industriais que marcaram os anos 1990, possibilitou a proliferação do setor de serviços e de cooperativas de trabalho ou “cooperativas populares de autogestão” (NEVES, 2012, p. 324). Essa retração do mercado de trabalho contribuiu significativamente para a informalidade dos trabalhadores menos qualificados e excluiu definitivamente da relação de emprego assalariado aqueles que nem chegaram a se integrar no mercado de trabalho formal, pois historicamente sempre estiveram – e ainda continuam - excluídos do acesso a oportunidades no mercado.

No caso dos catadores de recicláveis, os processos de desigualdade social, subdesenvolvimento e subcidadania por eles vivenciados denunciam a falta de acesso a direitos, de que lhes foram historicamente negados e cuja ausência se reflete também nas condições de acesso ao mercado de trabalho. A esses homens e mulheres restaram apenas lixeiras, ruas e guetos e é nesse lugar que constroem relações sociais e comerciais. É visível o crescimento desses sujeitos sociais nas ruas e avenidas das cidades, com seus carrinhos recolhendo materiais recicláveis e buscando por meio desse trabalho, garantir a sobrevivência diária. Sobrevivendo do que é descartado e muitas vezes confundido com lixo, com frequência eles se tornam alvos de operações higienistas na “limpeza social” e “eliminados por grupos armados de base fascista, por vezes com a colaboração ou a conivência da força pública” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 339).

De acordo com estudos desenvolvidos por Lima e Oliveira (*apud* KEMP; CRIVELLARI, 2008) e Georges e Leite (2012), essas iniciativas de economia solidária no campo da reciclagem em geral são constituídas por grupos historicamente excluídos, socialmente vulneráveis e economicamente discriminados. Para Bhowmik (2002), o trabalho realizado pelos catadores e catadoras de recicláveis remete ao limite da pobreza dos pobres urbanos; realidade que desmascara a “beleza” das cidades e revela o empenho frustrado de governantes e setores da sociedade na busca de esconder as feridas abertas da exclusão. Somando-se às condições de trabalho, essas feridas revelam o quanto essa população vive ao léu, abandonada e desprotegida, restando-lhes apenas, como espaço e lugar, o trabalho nas áreas centrais da cidade e a moradia em áreas periféricas.

As primeiras organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil surgiram, segundo Freitas (2005), no final da década de 1980, sendo as cidades de São Paulo e Belo Horizonte pioneiras nessas experiências organizativas. No caso da RMBH, o trabalho é fruto de ações sociais e pastorais promovidas pela Cáritas Minas Gerais e pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, realizadas inicialmente com homens e mulheres em situação de rua. Trata-se de um trabalho lento, persistente e progressivo, por meio de abordagens e encontros informais nas ruas e viadutos na área central da capital mineira. Pouco a pouco, relações de confiança foram sendo fomentadas, encorajando esses sujeitos sociais a compartilhar histórias de vida e construir novas sociabilidades e possibilidades.

A experiência da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), primeira associação de catadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte e no

estado de Minas Gerais, segundo Freitas e Neves (2008), é fruto de processos reivindicatórios junto ao poder público municipal e intensa mobilização social e política. Antes de sua fundação, os catadores e catadoras, até no início dos anos 1990, sobreviviam da catação de recicláveis alocados embaixo de viadutos ao longo da Avenida do Contorno, local que mais tarde se tornou a sede da Associação. Martins e Silva (2018) afirmam que organizações de catadores⁷ em âmbito municipal foram se espraiando em Minas Gerais e no país, influenciando de modo significativo a criação do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), em 2001, e do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2005. A partir daí, um novo tempo se inaugurou e novas associações e cooperativas de catadores e catadoras de recicláveis foram surgindo em várias cidades país afora.

Além do marco fundacional do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, foi também na década 2000-2010 que o arcabouço jurídico referente à regulamentação da política de resíduos sólidos foi implementada. O reconhecimento da profissão “catador de materiais recicláveis”, sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁸ em 2002 e a sanção da Lei Federal n.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo decreto n.º 7.404/2010 são, na visão dos catadores, os acontecimentos mais destacados.

A Lei Federal n.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), inaugurou, com base em uma visão ampla e sistêmica, a articulação institucional envolvendo a União, os estados e municípios, o setor produtivo e a sociedade civil, na busca de soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos. O novo marco regulatório lançou um novo olhar sobre o desafio da sustentabilidade, o problema do lixo urbano e a participação de catadores organizados em cooperativas.

A implementação dessa política nos municípios joga luz sobre questões relacionadas ao Estado, à sociedade civil, à logística reversa e à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Nesse sentido, o novo marco regulatório fomenta o debate sobre a reciclagem solidária, seu valor educativo, social e econômico, bem como sua importância na preservação ambiental e na sustentabilidade planetária. Desafios e oportunidades que abrem possibilidades de trabalho e geração de renda para esses trabalhadores e trabalhadoras. Outro avanço importante nessa década foi a organização do trabalho em redes e a formalização de cooperativas de segundo grau, visando ao fortalecimento da coleta seletiva e a comercializando em rede.

As redes funcionam como uma central aglutinadora do conjunto dos empreendimentos filiados e, têm estatuto jurídico e regimento interno próprios, podem associar-se a elas organizações de catadores, sejam elas cooperativas, sejam associações, seja um grupo de catadores não formalizados e sem personalidade jurídica. A condição fundamental é que desenvolvam formas comunitárias e coletivas de produção e comercialização, tendo como fundamento os princípios e valores da economia popular solidária⁹.

⁷ Por organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis entendemos as cooperativas e associações juridicamente constituídas e os grupos associados não formalizados juridicamente.

⁸ O reconhecimento da profissão “catador” foi efetivado por meio da portaria 397, de 9 de outubro de 2002, sob o código 5192-05. De acordo o CBO/Código 5192, a denominação profissional é “trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável”. (BRASIL, s/d.).

⁹ A estratégia de organização do trabalho em redes é fruto do “Plano de Fortalecimento da Rede Cataunidos e Adesão dos demais EES da Região Metropolitana de Belo Horizonte” e de acordo com o Insea (2010). Esse Plano foi implementado pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável como parte do Projeto Cataforte – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis, financiado pela Petrobrás.

Estudos realizados por Silva (2014) apontam que na RMBH foram constituídas duas redes cooperativas de catadores de materiais recicláveis: a Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária, cujo nome social é Rede Cataunidos, e a Cooperativa Central Rede Solidária de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais (Redesol-MG). O critério de incorporação das organizações de catadores em cada uma dessas redes foi a proximidade geográfica, tendo em vista facilitar processos organizativos, otimizar recursos de transporte dos materiais coletados e triados e promover, de forma conjunta, sua comercialização.

A Rede Cataunidos congrega trinta e quatro organizações de catadores, sendo que os processos formativos e organizativos para sua institucionalização tiveram início em 2001; a formalização como empreendimento social somente veio a ocorrer em 2006. A Redesol-MG, por sua vez, congrega doze associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, e os processos organizativos dessa rede de cooperativas tiveram início no ano seguinte, em 2002. A formalização jurídica ocorreu em 2006, juntamente à Rede Cataunidos. Os trâmites jurídicos e contábeis para a formalização dessas duas centrais de cooperativas na Junta Comercial e a formação do grupo gestor ocorreram em 2010. Para a constituição dessas duas centrais de cooperativas, foi fundamental a participação do MNCR, o acompanhamento de entidades de fomento, gestores públicos e universidades¹⁰, além do apoio logístico e financeiro com recursos advindos de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

2.1 Trabalho articulado em redes na economia solidária

Os desafios das novas organizações de trabalho fundamentados no cooperativismo popular e nos princípios da economia solidária são inúmeros. No entanto, obstante os desafios colocados, os catadores e catadoras de materiais recicláveis têm apostado no aprendizado cotidiano dessa “outra economia”, enquanto fortalecimento de processos organizativos do trabalho, comercialização em redes e reconstrução de vínculos sociais rompidos. Vale lembrar que a estratégia do trabalho associado em redes é consolidada no contexto da experiência do 1.º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília (DF), evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras, tendo como documento final a Carta de Brasília. Esses processos organizativos e mobilizadores construídos pelas organizações de catadores e em conjunto com o MNCR objetivaram desenvolver formas comunitárias e coletivas de produção, visando melhorar as condições de trabalho, aumentar a renda e possibilitar qualidade de vida para os catadores e catadoras. As principais metas desses trabalhadores organizados em redes eram construir coletivamente novas estratégias de produção e comercialização, bem como potencializar a participação e articulação sociopolítica dos associados enquanto atores sociais importantes no cenário da reciclagem.

Fruto de processos organizativos tecidos em mutirão, a organização do trabalho em redes, de acordo com o relato de catadores e catadoras, teve seu embrião em 2010, quando esses trabalhadores participaram de um projeto social financiado pela Petrobras, denominado Projeto Cataforte. Relatam eles que, até então, os catadores e catadoras já estavam organizados em associações e cooperativas, mas não se conheciam. Mas por meio dos encontros e oficinas realizados na execução do Projeto, pouco a pouco vínculos sociais foram (re)construídos e redes de solidariedade foram criadas. Apoiados por gestores públicos e entidades de apoio e fomento, os catadores e catadoras descobriram que a organização para o trabalho e a comercialização em

¹⁰ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Centro Universitário UNA (UNI-BH).

redes potencializariam o recolhimento de material reciclável em diversos municípios, evitando que os “atravessadores continuassem sugando o suor do trabalhador catador”¹¹.

A compreensão da necessidade e importância de fortalecer a comercialização conjunta e integrada motivou a elaboração de planejamentos estratégicos, estudos de viabilidade econômica¹² e planos de negócios. Vários encontros, oficinas e seminários foram realizados, fortalecendo assim a consciência de que o catador, como qualquer outro trabalhador, “tem direito à segurança, à saúde e proteção que devem ser garantidos pelo município, principal beneficiário do trabalho da coleta dos resíduos sólidos”¹³. É o que podemos constatar na argumentação de uma das lideranças da Rede Cataunidos

[...] a organização do trabalho em redes nos ajuda a compreender que a gente não pode ficar somente na luta local. A gente começou articulando nove empreendimentos. Esses empreendimentos já estavam mais organizados, tinham certo apoio do poder público e assim a gente ficava pensando em dominar a cadeia produtiva do material reciclável e não só fazer aquele trabalho de catar, triar, prensar e mandar lá pra venda. A gente começou pensar em fazer o produto final também. Começamos a pensar soluções. Ah, mas o que a gente vai fazer mesmo? Aí, juntamente com os parceiros fizemos um estudo de viabilidade técnica pra ver a possibilidade de processar o plástico. Então a gente fez projetos e começou a correr atrás. E através de parcerias, fundamos a Rede Cataunidos (SILVA, 2014, p. 155).

Esses homens e mulheres são permanentemente desafiados não somente a autogerir o empreendimento, mas também a assumir o controle da cadeia produtiva da reciclagem e, por isso, reafirmam a necessidade de criar e/ou fortalecer redes de comercialização enquanto estratégia de lucratividade e de se esquivarem dos atravessadores. Afirmam que “o lixo é trabalho, é renda, é vida”¹⁴, pois dele é que tiram o sustento para si e os seus. Nessa afirmação é possível perceber que estão convencidos da dignidade do serviço que prestam ao poder público e à sociedade em geral, além de se considerarem base de sustentação da cadeia produtiva da reciclagem. E chamando atenção ao fato de que para muitos a expressão “lixo” tem um caráter pejorativo, pois não serve para mais nada e, portanto, deve ser descartado, argumentam que o trabalho que realizam remete para os “6Rs” enquanto atitudes ambientais, ou seja:

[...] 1) Repensar valores e hábitos de consumo. 2) Recusar produto que não pode ser reciclado ou cuja tecnologia ainda é cara [...]. 3) Reduzir o consumo necessário, evitando o aumento da geração de resíduo [...]. 4) Reaproveitar os materiais em outras funções. Estimular ações como: doar, trocar, compartilhar. 5) Reciclar [...] voltar o resíduo pra o ciclo de produção [...]. 6) Renda [...] destinar os resíduos recicláveis à associações e/ou cooperativas de catadores (INSEA, 2011, p. 5).

É por meio do cooperativismo popular e dos princípios da economia popular solidária que esses trabalhadores desempregados descobrem um novo modo de produção e consumo e se organizam não apenas para garantir a sobrevivência diária, mas também para se reintegrarem enquanto sujeitos sociais e políticos. Compreender os princípios e valores da economia popular

¹¹ Intervenção de uma catadora, em uma das oficinas em preparação da Assembleia da Asmare, realizada em maio de 2015.

¹² O estudo de viabilidade econômica realizado com a participação dos catadores e entidades de apoio e fomento a essas organizações apontou que o plástico, principalmente o PET e alguns tipos de resíduos plásticos, seriam os materiais mais viáveis e interessantes.

¹³ Intervenção feita por uma liderança do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis durante o Seminário das Redes de Associações e Cooperativas de Catadores – Minas e Espírito Santo, realizado em Belo Horizonte, nos dias 14 e 15 de maio de 2017.

¹⁴ Intervenção de uma catadora associada em uma das reuniões da Coopersoli-Barreiro.

solidária exige outra concepção de economia, com base em uma visão holística, mais ampla e plural, que não se resume à lógica do mercado capitalista. Sua ação organizacional tem uma dimensão pública, pois carrega consigo a preocupação com o desenvolvimento local, e esse agir no espaço público lhe confere uma dimensão política fundamental, que vai além de sua dimensão social e econômica. Sua finalidade é pensar formas de trabalho e de solidariedade como um modo de agir no espaço público. Ação política que, de acordo com França Filho e Laville (2004), educa, provoca transformação institucional, incorpora valores coletivos e princípios democráticos cotidianamente construídos.

Denominadas de “outra economia”, as experiências de economia solidária são caracterizadas como iniciativas não capitalistas e têm entre seus princípios a solidariedade e a autogestão. São norteadas por preceitos organizativos, dentre os quais se destacam a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática e a divisão dos ganhos econômicos entre os cooperados, mediante critérios por todos previamente discutidos e aprovados. As formas cooperativas e solidárias de trabalho são antigas e algumas delas já conhecidas, como a experiência de Bangladesh, clubes ou redes de troca e moedas sociais. Trata-se de um fenômeno amplo, para além do Brasil, da América Latina e dos países em desenvolvimento e de acordo com Radomsky (2008),

As moedas sociais e os clubes de troca foram empreendidos com a intenção de criar mecanismos de relações sociais e econômicas distintos dos que caracterizam o uso do dinheiro oficial, sendo os mais conhecidos os Lets (Local Exchange Trade System) dos países de língua inglesa, o Clube Del Trueque na Argentina e o Sel francês (Système d'Exchange Local) (RADOMSKY, 2008, p. 8).

As relações de trabalho pautadas nos princípios dessa “outra economia”, de acordo com Coraggio (*apud* CATTANI, 2003), Cattani (2003) e França Filho e Laville (2004), têm como foco principal a reprodução ampliada da vida e hegemonia dos interesses do conjunto dos trabalhadores, preocupando-se não somente com o consumo de bens e serviços materiais, mas também com a valorização das relações interpessoais e dos afetos. O objetivo não é o lucro e a acumulação, e sim a valorização das condições de existência, tanto no que se refere ao acesso aos bens e serviços, como também à participação em movimentos reivindicatórios e lutas por igualdade de gênero e políticas públicas.

No entanto, argumentam Leite (2009) e Silva (2009) que as iniciativas de economia solidária transitam entre o possível e o desejável enfrentando desafios e contradições. Por ser caracterizada muitas vezes como ação social voltada para as populações sobrando, nos empreendimentos faltam investimentos públicos e privados de fato emancipadores. Essa outra economia exige repensar a solidariedade, pautar a discussão das dívidas sociais históricas e a dívida pública que cresce a cada dia. Ao jogar luz sobre as contradições presentes nos processos de produção capitalista e suas ações filantrópicas amenizadoras do sofrimento humano, a economia solidária aponta também a ausência de políticas públicas emancipadoras, uma vez que, mesmo nos governos populares, as ações voltadas para esse público, embora tenham amenizado a fome e o sofrimento, não lhes asseguraram as condições para a sua emancipação.

3. EXPERIÊNCIA DAS MULHERES CATADORAS

A Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (Coopersoli Barreiro) tem sua sede no bairro Jatobá IV, no município de Belo Horizonte. Associada à Redesol-MG, conta trinta e cinco associados, e a presença predominante de mulheres

na Cooperativa é uma realidade desde sua fundação. A iniciativa desse trabalho surgiu por meio de um grupo de mulheres desempregadas, moradoras nas comunidades da Vila Corumbiara, da Vila Independência, do Conjunto Conquista da União e Jatobá IV, localizadas na periferia da região do Barreiro. Essas mulheres iniciaram o trabalho de recolhimento de garrafas PET nas ruas e, com o passar do tempo, se juntaram a outros grupos e comunidades, buscando, assim, unir esforços e fortalecer suas mobilizações e lutas.

Tanto a Asmare quanto a Coopersoli recebem apoio da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), fruto da participação no Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte, espaço aglutinador que tem como um de seus objetivos discutir políticas de incentivo para a organização de catadores, a proteção do meio ambiente e o estímulo à coleta seletiva. Vejamos o depoimento de uma liderança da Redesol em uma das ações desse fórum:¹⁵

Nossa história não pode ser esquecida. Nossa caminhada é longa e sofrida. Antes, o catador, a catadora, era também considerado lixo, muito desvalorizado. Porque a catação era o último recurso da vida. Nem era desemprego, era porque já estava na sarjeta. Só Deus sabe! Hoje estamos na coleta seletiva. Já estamos na lei estadual e nacional e queremos que seja também explicitado no Município. Não queremos perder direitos. Temos uma história de luta e nunca nos enganamos sobre a dificuldade que se tem em criar leis com inclusão para os pobres. No entanto, democracia se faz quando o povo participa (SIVA, 2014, p. 293).

Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2019¹⁶, apontam a urgente necessidade de que governos e sociedade cumpram compromissos como resposta global à ameaça da mudança do clima e, nesse sentido, Martins (2017) argumenta que a inserção dos catadores como prestadores de serviços da coleta seletiva e reciclagem solidária, além de sua participação nos processos de educação ambiental construídos em empresas, instituições públicas, espaços públicos e ambiente escolar, é também uma forma de ampliar sua atuação na cadeia produtiva da reciclagem.

A inserção dos catadores e catadoras nesses espaços possibilita processos de (re) educação ambiental, além de aumentar a produtividade da triagem e a melhoria da qualidade dos materiais que chegam aos galpões das associações. Na visão da autora, isso é possível graças às parcerias construídas, à experiência em mobilização social dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nesses processos e aos fortes vínculos sociais que os catadores estabelecem com a população.

3.1 Perfil das mulheres e seu protagonismo no trabalho e lutas por direitos

Dado o caráter qualitativo do estudo realizado, para caracterizar o perfil das mulheres catadoras dos empreendimentos analisados serão apresentados elementos das narrativas e observações gerais. Nas organizações de catadores de recicláveis, em geral, é significativa a presença das mulheres, especialmente no trabalho de triagem do material coletado. A participação, o protagonismo e a liderança dessas mulheres se fazem muito presentes e entre as cooperadas é notória a consciência cidadã, ambiental e ecológica. Para elas, a organização em redes é uma ponte, na qual se articulam informações, saberes e aprendizados, para além da comercialização.

¹⁵ Reunião realizada no dia 28 de maio de 2015.

¹⁶ Veja dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138.

Grande parte dessas mulheres sempre esteve na informalidade, pois nunca teve a carteira de trabalho assinada. Para elas, o trabalho em rede é também uma oportunidade de formação para gerir o próprio negócio, fortalecer os empreendimentos e fomentar processos organizativos e políticos. A participação em eventos promovidos em outros espaços, para além dos locais de trabalho, é muito valorizada, pois além de ampliar o capital social desses sujeitos sociais, é também oportunidade de fortalecimento pessoal e coletivo. Isso ficou patente nos relatos feitos em reuniões e seminários avaliativos realizados durante as ações extensionistas desenvolvidas.

As experiências por elas vivenciadas são marcadas por perdas reiteradas e trajetórias sofridas. A maioria das mulheres é procedente do interior de Minas Gerais e, ainda na infância, conheceu os lixões. Nos relatos sobre os percursos feitos até a chegada à Associação, elas mencionam a infância roubada e o que consideram a “perda da cidadania” ao migrarem para a cidade grande: a humilhação, o sofrimento, a solidão e o desprezo vivenciados nas ruas, uma vez que na roça usufruíam de algumas condições de vida e dignidade que, mesmo precárias, não encontraram na cidade.

Uma delas, durante uma roda de conversa, expressou:

Minha mãe veio do Serro, cidade do interior de Minas Gerais para a cidade grande e quando chegou aqui perdeu a cidadania. Porque no cabo da enxada, minha mãe tinha cidadania, mas quando chegou aqui, perdeu a cidadania. Não tinha casa pra morar e a gente foi morar na rua, depois mudamos pra Pedreira Prado Lopes. Eu nasci aqui e quando nasci, fiquei órfã de pai com três meses de idade. Sou catadora desde os oito anos. Aprendi o ofício na rua e depois trouxe a minha mãe também para catar papel na rua. Naquele tempo não se falava em meio ambiente. Hoje é que todo mundo fica falando nisso (SILVA, 2014, p. 306).

Os processos mobilizadores protagonizados pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis, em conjunto com as parcerias construídas, têm sido marcados por inúmeras dificuldades. O faturamento é pequeno e, de acordo com Paterniani e Carvalho (2020), devido à pandemia da Covid-19 e às orientações sanitárias de afastamento social, a renda das populações vulneráveis ficou ainda mais comprometida, assim como o acesso ao trabalho, que já era “extremamente vulnerável e com poucos instrumentos de lutas por melhorias de suas condições de trabalho” (LEITE, 2012, p. 237).

A falta de investimento público destinado para os catadores de recicláveis aprofunda ainda mais o abandono e desproteção social em que se encontram. Para eles e elas falta tudo: faltam recursos primários, fundos de reserva e capital de giro, para citar apenas alguns. Essas trabalhadoras, além dos ganhos econômicos ou não, encontram na atividade laborativa formas de conciliar a casa e o trabalho, ou seja, atender demandas da vida familiar, os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e a subsistência cotidiana. No trabalho, constroem relações de confiança, novas sociabilidades e espaços de compartilhamento de alegrias e frustrações. Além de garantir a sobrevivência diária, o trabalho muitas vezes torna-se para essas mulheres uma questão terapêutica e fator importante de ajuda para esquecer os problemas da vida” (SILVA, 2014, p. 174).

Muitas dessas mulheres são beneficiárias titulares de programas governamentais de transferência de renda, sendo o Bolsa Família o principal deles. Antes de se associarem, algumas trabalharam como profissionais do sexo, outras em restaurantes, padarias, lanchonetes e varrição. Há também aquelas que foram faxineiras, diaristas ou empregadas domésticas

sem carteira assinada, vivenciando, segundo relato delas, relações marcadas por exploração, desrespeito e humilhação, reabrindo feridas de uma exclusão histórica recorrente.

A realidade do público presente nas cooperativas de reciclagem e no caso das mulheres da Asmare e da Coopersoli-Barreiro não é diferente. Essas mulheres, como tantas outras catadoras associadas,

[...] fazem parte de uma população marginalizada, com baixo grau de escolaridade, excluídos do mercado de trabalho formal, ou porque perderam seus empregos ou porque nunca conseguiram nele se inserir. É significativa a presença de mulheres, especialmente nas fases de separação e seleção do material. Trata-se assim de uma população extremamente vulnerável e com pouco instrumento para poder lutar por melhorias de suas condições de trabalho (LEITE, 2012, p. 237).

De acordo com Silva (2014), nas organizações de catadores e catadoras é também notória a predominância de pretos e pardos, o que nos remete ao período escravocrata, com a agravante de que se trata de uma escravidão moderna e assalariada. Essa constatação vem ao encontro dos dados apresentados pelo IPEA (2013a) sobre a situação social dos catadores de recicláveis no Brasil. De acordo com esse estudo, 66,1% dos catadores e catadoras são pretos ou pardos, pois de cada três trabalhadores da reciclagem, dois têm a pele preta. Tomando dados do Censo Demográfico realizado em 2010, que apontava como negros e pardos um percentual de 52% da população brasileira, é interessante perceber que no estudo do IPEA “o percentual dessa população na atividade da catação é superior ao total de negros da população brasileira” (IPEA, 2013b, p. 12), pois no caso de Minas Gerais, o percentual de pretos e pardos entre os catadores chega a 69,7% contra 30,3% de brancos e outros.

A raiz escravocrata do Brasil permanece e, de acordo com Xavier e Werneck (2013) e Almeida (2019), um olhar mais atento nos ajuda a perceber o racismo estrutural e institucional presente, sobretudo, no cotidiano das mulheres pobres e pretas. Dependentes de programas sociais e de políticas públicas voltadas para a preservação da vida, essas mulheres conciliam trabalho produtivo e reprodutivo, sobrevivendo em ocupações precárias e mal remuneradas, pois não tiveram acesso à educação de qualidade e, mais do que as outras, vivenciam relações desiguais. Pobreza e exclusão que, segundo Bandeira e Melo (2005), colore a geografia racial, marcadas por ausência de proteção social, violações de direitos e diferentes formas de manifestação de violência. Dito de modo diferente, o feminicídio e outras formas de mortalidade dessas mulheres atingem proporções cada vez mais alarmantes, evidenciando, assim, a desigualdade e marginalização decorrente de “sua condição de gênero e seu pertencimento étnico-racial” (SILVA *apud* VENTURI; GODINHO, 2013, p. 252).

Nessa mesma direção, várias autoras¹⁷ têm afirmado que o conceito de gênero é historicamente construído, o que por sua vez torna inaceitável a naturalização das diferenças presentes em múltiplas arenas de luta. Haraway (2004) argumenta que “gênero” é uma palavra com vários significados, sendo muitas vezes utilizada no feminismo com significados distintos e contraditórios. Stolcke (1991), por sua vez, explica que as desigualdades de gênero na sociedade de classes resultam de uma tendência histórica à naturalização das desigualdades socioeconômicas. Naturalização esta enquanto subterfúgio ideológico, visando conciliar o inconciliável, ou seja, o difundido *ethos* (ilusão) de igualdade de oportunidades para todos os seres humanos, nascidos livres e iguais, com a existência real de desigualdades socioeconômicas. “Esta naturalização ideológica da condição social desempenha papel

¹⁷ Beauvoir (2009), Mead (1999), Stolcke (1991) e De Barbieri (1992).

fundamental na reprodução da sociedade de classes e é responsável pela importância atribuída às diferenças sexuais” (STOLCKE, 1991, p. 103).

A ausência de oportunidades no mercado de trabalho contribui para que esses sujeitos sociais, mesmo tendo boa escolaridade e qualificação, sejam incorporados às fileiras dos desempregados ou subempregados e, no caso das mulheres pobres e negras, o agravante é maior ainda. Não conseguindo outra forma de inserção no mercado de trabalho, elas se encontram em ocupações desprotegidas, mal remuneradas e instáveis, confirmando assim a permanência de uma hierarquia de gênero e de raça/cor.

Araújo e Lombardi (2013) chamam atenção ao fato de que “as mulheres negras continuam a ganhar menos, quaisquer que sejam suas credenciais de escolaridade ou o segmento do mercado de trabalho em que se insiram. Tal fato ocorre em razão da imbricação de duas discriminações ativas, a de gênero e a de raça” (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 471). Essa cruel realidade ilustra a argumentação de Stolcke (1991), ao afirmar que gênero, classe e raça se articulam para formar e perpetuar a sociedade de classes e, conseqüentemente, uma sociedade desigual e contraditória, uma vez que

[...] a ilusão liberal de que o sucesso socioeconômico depende apenas de boa vontade e do esforço do indivíduo é uma armadilha ideológica e tira atenção das verdadeiras causas da desigualdade no acesso ao poder e à propriedade [e] enfraquece as possibilidades de resistência coletiva. Portanto, as desigualdades de gênero retroalimentam as desigualdades de classe e de raça e se retroalimentam entre si (STOLCKE, 1991, p. 115).

Nesse sentido, Sen (2010) estabelece uma interessante conexão entre desenvolvimento e liberdades substantivas¹⁸. Desenvolvimento aqui entendido como eliminação de privações de liberdades substanciais que limitam escolhas e oportunidades no exercício de sua condição de agente¹⁹, contribuindo assim para a expansão das liberdades reais, que se concretizam para além do acesso da renda individual. Disposições e dispositivos econômicos e sociais condutores de direitos e liberdades civis, de modo que todas as fontes de privação de liberdade sejam removidas, dentre elas, a carência de oportunidades econômicas, a negligência no acesso a serviços públicos, a tirania ou intolerância. Ou seja, quaisquer tipos de negação de liberdades substantivas, enquanto privação de capacidades elementares que rouba das pessoas

[...] a liberdade de saciar a fome, obter uma nutrição satisfatória, acesso a medicamentos para doenças tratáveis, oportunidade de se vestir ou morar de modo apropriado, ter acesso à água tratada ou saneamento básico [...]. Em outros casos a carência de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social [...] negação de liberdades políticas e civis em que são impostas restrições à liberdade de participação política, social e econômica (SEN, 2010, p. 17).

Nesse sentido, o desemprego tem efeitos extremamente debilitadores e abrangentes não somente sobre a liberdade, mas também sobre as iniciativas e habilidades dos indivíduos, trazendo consigo a perda da autonomia e da autoconfiança, além de complicações no campo da saúde física e psicológica. É considerando esse cenário que Amartya Sen (2010) concebe a dimensão do desenvolvimento como expressão das liberdades reais, que incluem capacidades

¹⁸ Por liberdades substantivas entendem-se, entre outras, as capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura.

¹⁹ Segundo Sen (2010), a condição de agente implica a capacidade de agir e provocar mudanças com base em valores e objetivos.

elementares²⁰, liberdades associadas e a eficácia da liberdade como meio e não apenas como fim. Liberdades políticas que promovam segurança, participação econômica e oportunidades sociais, as quais se retroalimentam e reciprocamente se fortalecem. Segundo Sen (2010) e Kaztman (2001), essas oportunidades se concretizam nas ações e estratégias, tendo como referência principal o desenvolvimento humano por meio de políticas sociais, que levem em conta a igualdade de gênero e ações do Estado que contribuam para as liberdades individuais, o aproveitamento das capacidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e a longevidade.

4. REFLEXÕES ACERCA DO ABANDONO E DESPROTEÇÃO SOCIAL DAS MULHERES CATADORAS DE RECICLÁVEIS

As instituições de ensino superior são permanentemente desafiadas a promover a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, fomentar a relação universidade e sociedade, e desempenhar com eficiência seu papel social e político, buscando sempre observar seus princípios orientadores e metas propostas. Nesse sentido, atendendo demandas provenientes de duas organizações de catadores da RMBH²¹, a FAPP/CBH/UEMG²² desenvolveu ações extensionistas no campo da gestão de empreendimentos produtivos populares compostos por mulheres e organizados sob os princípios da economia solidária. Na execução das ações previstas se buscou detectar os desafios da gestão e da comercialização e verificar, com base no olhar das mulheres, o sentido do trabalho nos empreendimentos, as oportunidades e sociabilidades construídas, bem como compreender até que ponto a organização do trabalho em redes dos catadores e catadoras de recicláveis da Coopersoli e da Asmare contribui para o enfrentamento da pobreza e da desproteção social.

Nos empreendimentos acompanhados constatou-se que as mulheres estão à frente das atividades de gestão e de seus processos organizativos. Nesse protagonismo, a baixa escolarização das mulheres é um forte complicador, limitando, muitas vezes, a necessária desenvoltura exigida na gestão dessas iniciativas de trabalho e renda. Considerando que nas iniciativas de economia solidária a autogestão é um pressuposto fundamental, a falta de capacidade e habilidade compromete o negócio, pois apenas a boa vontade não é suficiente para dar conta de todo o processo. O desafio da renda, da falta de espaço físico e de infraestrutura são outros elementos limitadores. Quem ali chega traz consigo apenas a vontade de vencer e sua força de trabalho. Faltam equipamentos, crédito, capital de giro, formação e qualificação. O trabalho acontece em condições de total desproteção social e carência de políticas públicas de fomento.

Nos relatos e depoimentos foi evidenciada a queixa de que existem políticas públicas para as micro, pequenas e grandes empresas, mas para essas iniciativas estas são focadas, e os investimentos nem sempre correspondem às reais necessidades dos empreendimentos. Os governos não dialogam com seus pares, as iniciativas governamentais não são assumidas como política pública e os projetos desenvolvidos por entidades de apoio e fomento não oferecem garantia de continuidade. A dependência de aportes públicos e privados, bem como a necessidade permanente de captar recursos é muito presente, e manter o funcionamento dos empreendimentos

²⁰ Para Amartya Sen (2010), capacidades elementares dizem respeito às reais condições de evitar privações e a morte prematura.

²¹ Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Asmare), associada à Rede Cataunidos, e Cooperativa dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (Coopersoli-Barreiro), associada à Redesol-MG. Os projetos foram executados em diferentes fases, tendo como recorte temporal os anos 2011 a 2017.

²² Os cursos de graduação oferecidos pela FAPP/CBH/UEMG são os seguintes: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

sem os apoiadores e parceiros torna-se um outro dificultador. O reconhecimento da importância dos parceiros é patente, sobretudo as entidades de apoio e fomento, as empresas e os governos que injetam recursos.

Outro dilema constatado diz respeito ao processo de constituição dos grupos. É grande a rotatividade de seus integrantes, sendo esse um dos principais desafios da formação inicial. A cada dia chegam novos membros que desconhecem os objetivos e metas do empreendimento, e por isso, a ideia de que estão sempre começando. O desenvolvimento humano e o envolvimento de equipe são processos lentos, contínuos e que precisam ser trabalhados no cotidiano, exigindo metodologias que possibilitem isso. Eles exigem formas emancipatórias e não proibitivas e/ou doutrinárias que os ajudem a perceber que aquele caminho é viável porque possibilita a cooperação, exige corresponsabilidade e promove qualidade de vida não somente para seus integrantes, mas para a comunidade toda e para as gerações futuras.

Apesar de tantas dificuldades e contradições, processos organizativos e políticos são construídos e os empreendimentos resistem, haja vista que neste ano a Asmare comemora trinta anos de sua fundação e a Coopersoli Barreiro segue seu caminho há quase duas décadas. A relação com organizações da sociedade civil, com instituições parceiras e a participação nos fóruns de organização e articulação, na avaliação das mulheres, tem possibilitado avanços e conquistas. A participação no Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte fortaleceu o diálogo com a Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, e as ações nos fóruns de economia solidária, além de fortalecerem as estratégias de organização e articulação, potencializaram novas sociabilidades e reciprocidades por meio das interações realizadas.

Esses fóruns são constituídos em nível municipal, regional e estadual, sendo suas pautas discutidas no Conselho Estadual de Economia Solidária²³. No que se refere à relação com os parceiros, algumas mulheres deixaram transparecer que nem sempre esse envolvimento ocorre com todos os integrantes do grupo, mas apenas entre algumas lideranças, mais especificamente quando estas se fazem presentes nos espaços de representação política, e que nem sempre a experiência vivenciada nesses espaços é socializada com a base. Essa questão demanda repensar o papel da liderança e sua representatividade sociopolítica nos empreendimentos.

O protagonismo das mulheres nos processos organizativos do trabalho ficou evidenciado, mas, diante de tantas dificuldades, os resultados desse protagonismo deixa a desejar. As mulheres estão conscientes de suas necessidades e demandam ações governamentais de inclusão socioproductiva. No entanto, suas reivindicações esbarram na ausência e no descaso do Estado frente a esse público tão vulnerabilizado. Apesar de seu empenho e compromisso, essas mulheres não conseguem avançar em suas lutas por reconhecimento, e as ações planejadas, embora importantes, não são suficientes para dar conta do enfrentamento da pobreza e as desproteção social, tão presentes em suas vidas. As condições de vulnerabilidade e risco social em que se encontram, somadas à falta de acesso aos direitos fundamentais reconhecidos na Constituição Federal de 1988, bem como os serviços de proteção social previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são alguns exemplos impeditivos para a efetiva emancipação e o empoderamento dessas mulheres.

Alinhados aos conflitos internos que se fazem presentes, as reuniões, as rodas de conversas e os debates realizados chamaram a atenção para a valorização da solidariedade, do

²³ O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS), foi criado pelo art. 10 da Lei n.º 15.028, de 19 de janeiro de 2004. A referida lei estadual institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais, cuja finalidade é deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária.

apoio mútuo e da participação. Essas mulheres trabalhadoras encontram nessas experiências o horizonte de suas ações e constroem alianças, tendo em vista criar e/ou fortalecer “laços orgânicos de solidariedade”. Ainda, há de se ressaltar que, em relação à participação dos alunos envolvidos nos projetos, foram positivamente destacadas a integração teórico-prática e a formação acadêmica e profissional comprometida, além de se abrirem novas possibilidades nessa interface universidade/sociedade civil.

5. CONCLUSÃO

A economia solidária tem um rosto feminino, e a organização das mulheres em suas iniciativas de trabalho em redes se consolida cada vez mais, não apenas em Minas Gerais, mas também em outras regiões do Brasil. Se por um lado essas experiências representam a descoberta de novas estratégias organizativas, por outro revelam, a perversidade do modelo capitalista de produção e consumo, que atinge sobretudo as mulheres, gera novas formas de segregação, aprofunda cada vez mais as desigualdades e contribui para que parcelas significativas da população permaneçam excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais. Esses trabalhadores e trabalhadoras enfrentam no cotidiano muitas dificuldades, dentre elas o trabalho da coleta e triagem, o processo de comercialização e a inserção na cadeia produtiva da reciclagem. O trabalho cooperado em redes surge como estratégia de superação dos desafios enfrentados na luta por trabalho e dignidade e, para isso, os catadores contam com o apoio do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, de entidades de apoio e/ou fomento, de instituições da sociedade civil e de gestores públicos.

A presente pesquisa mostrou que esse grupo social é fortemente marcado pela presença de pretos e pardos. Mostrou também a intensa presença e ação das mulheres nos processos de organização e mobilização, tanto nos empreendimentos quanto nos espaços dos fóruns de organização e articulação. Uma presença qualificada, marcada pelo empoderamento de si, consciência participativa, desejo de mudança e anseios por transformações efetivas. Contudo, embora a liderança nos empreendimentos seja predominantemente feminina, a representação pública das ações e conquistas é protagonizada pela figura masculina, contradição perceptível também em outros movimentos sociais. Assim, aprofundar o debate sobre as relações de gênero e de raça no interior dos empreendimentos e em outros espaços que configuram os processos organizativos e políticos desses atores sociais é também um desafio a ser superado.

Grande parte das conquistas desses sujeitos sociais está relacionada à capacidade de consumo, fato muito valorizado, sobretudo pelas mulheres, pois a maioria delas é provedora da casa e se encontra nessa atividade pelas oportunidades e facilidades de conciliar o trabalho e o cuidado da casa e dos filhos. No rol das conquistas, o acesso à moradia própria ganha relevância.

As experiências analisadas apontaram o trabalho desprotegido e sem direitos de catadores e catadoras de materiais recicláveis associados à Rede Cataunidos e à Redesol-MG e demonstraram a discrepância entre a realidade e a utopia e o desafio de compreender seus limites, fragilidades e potencialidades. É visível o fosso das desigualdades e a ausência de ativos de oportunidades. A essas mulheres é possibilitado apenas o básico exigível na dinâmica cotidiana da sobrevivência. No entanto, é inegável que essas iniciativas, embora frágeis, trazem consigo o potencial emancipador dessas trabalhadoras, que a duras penas reinventam mecanismos de inserção socioeconômica e produtiva, além de inserção participativa e lutas por emancipação social. A Política Nacional de Resíduos Sólidos é, de fato, uma conquista importante nesse processo de organização e luta dos catadores. No entanto, ela, por si só, não assegura a participação efetiva desses trabalhadores na cadeia produtiva da reciclagem. Ou seja,

se não forem oportunizadas aos empreendimentos reais condições de trabalho, justiça social e participação, sua implementação poderá fragilizar essas iniciativas organizativas e precarizar mais ainda o trabalho dos catadores de recicláveis.

Outra constatação interessante e importante se refere às reuniões, aos encontros celebrativos e seminários realizados. Estudos e análises relacionados à Política de Resíduos Sólidos sempre estiveram na pauta, buscando, assim, compreender as implicações na vida, no trabalho e na organização dos catadores de recicláveis. Processos que paulatinamente possibilitaram entre esses atores sociais o consenso de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos - não obstante as contradições que apresenta – traz consigo oportunidades de trabalho e de participação desses trabalhadores. Portanto, nos processos de sua implementação, a meta dos catadores e catadoras é que a coleta seletiva e solidária se consolide enquanto política pública. A participação nos fóruns e em outros espaços de controle social tem contribuído para o protagonismo dos sujeitos e fortalecimento da cidadania e, no caso das mulheres da Asmare e da Coopersoli Barreiro, esse protagonismo tem contribuído também para a maior participação e formação sociopolítica, assim como para a maior compreensão dos princípios da autogestão, o fortalecimento da consciência do direito a ter direitos e o exercício da cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 2.^a reimp. São Paulo: Sueli Carneiro\Pólen, 2019.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisas** [on-line], v. 43, n. 149, p. 452-477, ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 jun. 2020.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. **CEPAL**, (Série “Mujer y Desarrollo”, 66), Santiago, jun. 2005. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5943/1/S055322_pt.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudo de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 369-400.

BRASIL. **Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, União, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da

União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). **5192-05 – Catador de material reciclável**. (s/d). Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf>. Acesso em 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Classificação Brasileira de Ocupações. 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0B39D1C37DB8698344DE88D500EF8E3B.proposicoesWeb2?cod_teor=382544&filename=LegislacaoCitada+-INC+8189/2006. Acesso em: 12 ago. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo, n.14, p. 153-175, jul. 2000a.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n.3, p. 95-110, sep.-dic., 2000b.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio, D. A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 9-15.

CORAGGIO, José Luís. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 88-95.

COTANDA, Fernando Coutinho. Trabalho, sociedade e sociologia. In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Org.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**: ensaios multidisciplinares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

DE BARBIERE, Teresita. Sobre a Categoria Gênero: uma introdução teórico-metodológica. **Revista Interamericana de Sociologia**. Ano 6, n.º 2-3, 1992. Tradução: Antonia Lewinsky.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Entre ruas, lembranças e palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. São Paulo: Autêntica, 2008, p. 83-108.

GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012. p. 13-30.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n.º 22, p. 201-246, mar. 2004. <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=31>. Acesso em: 28 jul. 2013.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. INPE consolida 7.536 km² de desmatamento na Amazônia em 2018. 25 jun. 2019. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138. Acesso em: 15 set. 2019.

INSEA - INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Guia Prático da Coleta Seletiva Solidária**: cartilha de apoio aos educadores. Insea, 2011.

INSEA - INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Fortalecimento da Rede Cataunidos e Adesão dos demais EES da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Cataforte – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2010. (Mimeo.).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis**. IPEA, 2013a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 16 fev. 2014.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável** (Região Sudeste). Brasília: IPEA, 2013b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130910_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_regiaosudeste.pdf. Acesso em: 16 fev. 2014.

KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados**: el aislamiento social de los pobres urbanos. Santiago de Chile: CEPAL, n. 75 dec. 2001, p. 171-179.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v.4, n.1. p.25-59, jun. 2002.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2020.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 227-269, 2012.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 225-248.

LIMA, Jacob. A nova informalidade. In: IVO, Anete, B. L. (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013. p. 330-336.

MARTINS, Renata Siviero. **O trabalho como princípio educativo**: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, Renata Siviero; SILVA, Carlúcia Maria. Catadores de recicláveis reciclam processos organizativos, (re)significam o trabalho e constroem uma nova história. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v.4, p.152 -168, 2018.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MINAS GERAIS. Lei n. 15.028: institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - PEFEPS. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/566/3/566.pdf>. Acesso em 12 ago. 2020.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. 34. ed. São Paulo: 34, 2000. p. 171-185.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012. p. 323-249.

PATERNIANI, Stella; CARVALHO Lauro. Periferias e pandemia: desigualdades, resistências e solidariedade. Tricontinental, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/periferias-e-pandemia-desigualdades-resistencias-e-solidariedade/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. O valor simbólico do dinheiro e o princípio da equivalência: um estudo sobre as moedas sociais em um clube de trocas em Porto Alegre: **Ponto Urbe** [Online], n.3, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1781>. Acesso em 11 ago. 2020.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas recicladoras de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-367.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia popular solidária na região metropolitana de Belo Horizonte**: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e de atores sociais. (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Carlúcia Maria. **Mulheres e economia popular solidária**: trabalho, inclusão socioproductiva e cidadania. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Carlúcia Maria. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**: a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis na RMBH. (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Nilza Iraci. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições SESC - SP, 2013. p. 247-255.

SINGER, Paul. A economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para a etnicidade?” **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 20, p. 101-119, 1991.

XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições SESC - SP, 2013. p. 257-277.